

# REFLEXÃO SOBRE AS TÉCNICAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA UMA BACIA HIDROGRÁFICA

***Ancelmo Arantes Valente<sup>1</sup>, Marco Antonio Chamon<sup>2</sup>, Paulo Augusto Romera e Silva<sup>3</sup>, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira<sup>4</sup>***

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté - SP - Brasil - [ancelmo@cth.usp.br](mailto:ancelmo@cth.usp.br)

<sup>2</sup> Professor do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro-12020-040-Taubaté - SP - Brasil - [chamon@directnet.com.br](mailto:chamon@directnet.com.br)

<sup>3</sup> Coordenador da Área de Difusão Tecnológica em Recursos Hídricos – DIFrh – DAEE/USP – Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 120–Butantã 05508-900–São Paulo-SP-Brasil –[romera@cth.usp.br](mailto:romera@cth.usp.br)

<sup>4</sup> Orientador e Coordenador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté - SP - Brasil – [edson@unitau.br](mailto:edson@unitau.br)

**Resumo** – O artigo reporta à Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/97, que instituiu como princípio a mobilização social como tema obrigatório nos debates acerca de sua implementação: “Art. 1º - VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”. Sabe-se que mobilizar uma comunidade não é tarefa simples, pois a diversas variáveis envolvidas nos processos de negociação, podem, muitas vezes, tornar impossível realizar-se tal processo. O presente artigo busca refletir sobre a participação comunitária no processo de planejamento de uma bacia hidrográfica, fazendo considerações sobre alguns métodos e técnicas, que os protagonistas indutores desses processos podem lançar mão para realizar (tornar real) a mobilização social necessária aos processos de negociação.

**Palavras-chave:** Ambiente; Bacia hidrográfica; Mobilização social; Planejamento; Recursos Hídricos.

**Área do Conhecimento:** I – CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA.

## **Introdução**

O ambiente natural protegido, a realização pessoal e social dos moradores da área planejada e a qualidade de vida, são os grandes objetivos do planejamento. A interdisciplinaridade inclui o compartilhamento de metodologias entre as diversas áreas do conhecimento, nisso residindo a razão deste artigo.

Em todo encontro existe o que os psicólogos e estudiosos de dinâmicas de grupo chamam de processo e atividade. O processo diz respeito ao sentimento de confiança e ao grau de pertinência que cada um tem em relação ao grupo. Já a atividade é o objetivo claro que mobilizou cada pessoa para determinado encontro. Um encontro, do qual participam pessoas que já se conhecem entre si, pode ser a ocasião propícia para que cada qual conheça melhor de si mesmo e qual imagem transmite ao grupo. É muito importante que cada qual tenha certa clareza de como é visto pelo grupo e como os outros se vêem.

## **O Processo Encontros Comunitários**

Nos encontros comunitários para planejamento, o processo tem início bem antes deles. Ressalta-se, por exemplo, que o conhecimento dos aspectos sociais de qualquer Município ajuda os protagonistas indutores

desses processos a identificar as maneiras mais adequadas de abordagem do problema que se quer discutir no encontro. Assim, ditados populares, exemplos vivos, lembranças de "heróis" locais, festividades marcantes etc, permitem estabelecer vínculos de confiança com os moradores. A linguagem e o respeito pelos seus valores culturais ajudam muito na construção de um processo de confiança. E este conhecimento não se apreende apenas por meio de leitura sobre o local ou de um diagnóstico finamente elaborado, mas caminhando pela cidade antes de um encontro, se possível morando lá por uns dias, conversando com as pessoas, procurando pelo líder espiritual, pela professora, por coisas comuns ao cotidiano local.

Nesse tempo preparatório do primeiro encontro, é muito comum ouvir desabafos pessoais e políticos, descobrindo-se conflitos familiares, políticos e de outras ordens. Saber ouvir é uma arte. Saber perguntar - como e o quê - é fundamental. Saber selecionar as informações, desnudando-as do colorido emocional que sempre as acompanha, é o procedimento mais correto. E saber usar estas informações para construir uma nova realidade, novos argumentos na valorização das pessoas, com a sabedoria que muitas vezes só se

descobre depois que o trabalho deu errado e começa, de alguma forma, a fazer parte de um grande enredo social. Não se deve, como profissionais do planejamento, se deixar envolver pelos “jogos de uma comunidade”, sob pena de se afastar temporariamente, colocando-se na posição de “estrangeiros” naquela terra.

Quando do encontro propriamente dito, a apresentação é um momento importante. É necessário contextualizar os ouvintes, numa visão panorâmica - quem, por que, para quê - o suficiente para que identifiquem em que podem ser ajudados, ganhando sua confiança para aquela tarefa. Observa-se, diversas vezes, que elogios, ênfases em cargos e outros requintes devem ser deixados para os políticos, em reuniões de câmara dos vereadores, por exemplo. Não porque não sejam importantes, mas porque a comunidade dos bairros, os usuários das águas querem seus problemas resolvidos, querem “combinar” o que deve ser feito.

### **A Atividade de Planejamento**

Como todo trabalho de planejamento, um encontro dessa natureza também exige um diagnóstico. A descrição do problema observado, com certo detalhamento, demonstra inteirar-se do assunto antes do encontro. Entretanto, perguntas são muito úteis para o estabelecimento do diálogo, já que de problemas os moradores sabem falar muito melhor do que os facilitadores, a seu modo, mas de maneira bastante forte.

É exatamente esta força que precisa ser descarregada, mas não direcionada ao facilitador. É comum, na primeira vez em que pessoas têm a oportunidade de falar com um representante do governo estadual ou federal, que o desabafo às vezes tome tons de revolta conforme a gravidade da situação e a história da administração municipal até o momento. Assim, técnicas como divisão em grupos, para escrever detalhadamente as dificuldades enfrentadas, ou a exposição, por escrito, dos problemas diagnosticados, para que eles complementem, se houver mais alguma coisa, permitem que esta fase da reunião seja rapidamente ultrapassada e a ênfase possa ser dada no que é positivo.

De modo geral, o ser humano tende a ver com olhos bem abertos os problemas de sua vida e fecha os olhos para as coisas boas que existem. Assim, o diagnóstico de uma localidade ganha uma abrangência maior quando se concentra nas potencialidades do local. Como pessoas de fora, essa tarefa é mais fácil para os facilitadores do que para os moradores. Mas, eles também precisam “ver” de onde virão as soluções para as crises que estão vivendo - seja ela o esgoto dos córregos, a falta de água ou o hábito de jogar lixo nos cursos d'água. A lista de pontos positivos

funciona como bálsamo, luz no fim do túnel ou lampejo de esperança para a mudança que se pretende operar. Inicia-se a construção de um sonho em conjunto: a meta ou visão de futuro.

Esta é outra fase dos encontros: a construção da visão de futuro. Assim como os encontros devem ter seus objetivos bem claros para que se possa avaliar no final se foram proveitosas ou não, o planejamento, enquanto processo, precisa apontar a direção, construída em conjunto com os moradores, para, que quando o documento final estiver pronto e o profissional, por qualquer motivo precisar se afastar ou se ausentar, o processo continue. E só continuará se houver um sonho em comum.

Reunir soluções é um dos momentos mais agradáveis de um processo de planejamento participativo. Elas já existem. Aos facilitadores, não cabe achar que serão os “salvadores da pátria”, levando para a comunidade todas as respostas prontas, elaboradas nas madrugadas insones e improdutivas de sua tarefa profissional. Os moradores de uma localidade qualquer, talvez não todos, já saibam boa parte das respostas para seus problemas, do ponto de vista deles, é claro. Traduzir estas respostas para uma linguagem mais técnica pode até ser uma das tarefas do facilitador. Mas, principalmente, o estabelecimento dos contatos necessários para que elas se realizem é dever de ofício.

Não basta listar soluções. Planejar significa o estabelecimento do “que fazer”, “para que fazer”, “como executá-lo” e “por quem será executado”. Assim, o processo de planejamento não fica no papel, nas prateleiras dos gabinetes dos políticos como se diz por aí. As ações devem ser a meta dos facilitadores, como coordenadores de projeto mesmo, e não o diagnóstico. Esta é a fase de articulação das ações, sua concatenação na seqüência mais adequada dentro das possibilidades locais, a combinação dos agentes que as executarão, envolvendo parceiros da engenharia civil com os da agricultura e, da área de assistência social num esforço conjunto.

### **Material Didático**

Nas reuniões com a comunidade, o cuidado que se tem com a preparação é observado, especialmente no primeiro encontro. De certa forma, o investimento de tempo no preparo de um material didático adequado é fator de conquista da confiança do grupo, como uma apresentação indireta de quem está coordenando os trabalhos. Pastas recheadas de algum material pertinente, ou mesmo de papel branco com um lápis ou caneta dão a indicação do tom do encontro, se será de trabalho, ou se será para ouvintes. Qualquer dinâmica em grupo terá mais sucesso se os seus membros tiverem material para trabalhar.

Quando o convidado chega, identifica-se numa lista que é útil para avaliar a qualidade dos participantes e recebe seu material, estabelece-se um elo de integração: você agora faz parte do grupo. A identificação dos membros do grupo é desejável. O uso de crachás pode ser adotado quando o objetivo da reunião exige uma interação mais amigável. Entretanto, à medida que os trabalhos avançam, o facilitador deve memorizar o nome das lideranças, para instaurar o clima de diálogo, ao nível dos ouvintes.

A programação dos encontros por escrito, entregue e apresentada no início dos trabalhos, ajuda a manter o direcionamento. Dessa forma, também surtem efeito os documentos escritos, atas ou resumos dos encontros passados, que além de tudo mostram que entre um encontro e outro houve um trabalho por parte do coordenador. E é esse compromisso que permite a “cobrança” de um compromisso por parte dos moradores: nós fizemos nossa parte; e vocês, o que fizeram? A experiência mostra a força de atitudes como abaixo-assinados, reuniões, mutirões e outras soluções improvisadas ou planejadas por líderes locais.

Quando o evento acontece anualmente, em apenas um dia ou dois, além desse material, transparências e “slides” também atraem a atenção da platéia quando bem feitos e bem utilizados. É preciso, principalmente, dominar a tecnologia para que ela colabore, em vez de atrapalhar o fio do pensamento.

Finalmente, o registro do momento dos encontros, com filmagem ou fotografia é útil para a elaboração de documentos e, no caso de fotos profissionais, com o nome do evento, para que os participantes possam também levar para casa um registro de sua presença num acontecimento importante.

### **Desenvolvimento Sustentável**

Os seminários sobre o desenvolvimento sustentável da cidade, sobre qualidade de vida da cidade ou, ainda, sobre temas específicos relacionados com a vocação da cidade é uma estratégia interessante, pois permitem relatar o acontecido no período de um ano sobre as ações realizadas. Marcam momentos de trazer informações para a comunidade, por meio de palestras principalmente. São fins de semana, às vezes um sábado à tarde, que permitem a reunião daqueles que trabalham toda a semana.

Um cuidado com este tipo de evento: muita informação é passada, mas não é feito compromisso de mudança de comportamento e, se não houver algo escrito que se possa levar para casa, a memória pode não absorver tanta informação repassada em tão curto espaço de tempo.

A presença de autoridades nestas reuniões é fato consumado. Composição de mesa ou menção de sua presença é importante para que a comunidade saiba que há compromisso dos políticos e técnicos presentes.

Outra forma de atuar com as comunidades de uma bacia hidrográfica, especialmente em se tratando de diversas cidades numa mesma bacia, é a oferta de cursos de extensão destinados a técnicos de instituições que atuam naquela bacia. Podem ser montados para desenvolver a tarefa, por exemplo, de diagnosticar os problemas e a potencialidade da bacia junto à comunidade. A possibilidade de geração de estágios nesse formato é imensa, pois diversos alunos universitários, bem como possivelmente estagiários do 2º grau das cidades envolvidas, fazem o trabalho de campo sob a orientação do técnico que foi, por sua vez, orientado pelo professor.

### **Rede de Cooperação**

Nesse contexto de cidadania, é necessário que a rede de cooperação local fique clara e seja acionada. Ela pode variar de acordo com os órgãos governamentais de cada estado, mas sempre haverá alguma instituição responsável, por exemplo, pelo tratamento de água e esgoto sanitário, pelo lixo, pela área rural, pelo paisagismo urbano, pela assistência social, pela segurança municipal, pela saúde e pela educação. As lideranças religiosas cada vez são mais importantes nestes trabalhos, por aglutinarem grandes grupos e poderem comunicar a mensagem de proteção à natureza de maneira até religiosa, como criação divina que é, mas também pelo simples fato de serem tantos e de serem cidadãos formadores de opinião. A área de comunicação também deve ser envolvida, e sua presença, por si só, já é a tarefa - divulgação para se ganhar força; não para aparecer.

As escolas têm sido apontadas pela própria comunidade como os melhores parceiros na mobilização. Por um lado, o corpo docente precisa de material didático sobre os problemas locais e suas soluções para ensinar às crianças e aos adolescentes; por outro lado, é formador de opinião. E, finalmente, as crianças são apontadas como mobilizadoras dos pais, levando recados de reuniões, reparando em suas ações cotidianas se estão “corretas” em relação aos ensinamentos dos professores. São também as crianças as mais fáceis de se sensibilizarem nas atividades práticas de seleção de lixo, de caminhadas, abraços ao rio, etc. Além de tudo isso, e principalmente, são as crianças a geração que assumirá a responsabilidade nessa tarefa, daqui a alguns anos.

Na rede de parcerias que se estabelecem nas reuniões, a universidade entra como catalisadora do processo, fazendo junto com a comunidade determinado trabalho. A comunidade é quem aprova e justifica esse trabalho, sendo também executora em alguns casos. Todas as diretrizes de ação geradas num plano de ação comunitária, numa carta de compromisso ou outro documento elaborado em parceria devem sempre contemplar o papel das empresas, instituições e organizações locais, incluindo-se aqui clubes de serviço, da prefeitura, da câmara de vereadores e da comunidade.

Além da rede local, agentes externos, estaduais ou regionais, também podem ser bons parceiros, principalmente quando trazem as informações necessárias para que se direcionem os projetos para as fontes de recursos disponíveis. O papel das universidades é também colaborar com a escolha dos caminhos para tornar factível o plano, inclusive elaborando projetos para as fontes existentes.

A interveniência do governo estadual é bastante estratégica no trabalho com as micro-bacias. As metas, os princípios e as metodologias usados pelo estado em nível de bacias intermunicipais, ou seja, estaduais, devem ser aplicados nas comunidades, para que haja sintonia nas ações. A universidade então é apenas mais uma peça do mosaico que forma esta paisagem. O projeto é somente um instrumento para que os professores e alunos participem, mas a idéia de proteção dos recursos hídricos é muito mais abrangente e comunitária.

Seja na área urbana, seja na rural, diversas ações envolvem questões mais delicadas, que devem ser tratadas isoladamente, com metodologia própria. A grande quantidade de água utilizada na irrigação é um problema perene que têm sido abordado no trabalho com recursos hídricos.

Gerir conflitos é uma técnica que se aperfeiçoa com a prática. Um agente externo à comunidade, como a universidade, com estagiários que podem fazer trabalhos artesanais, como visitas de casa em casa, podem ser fundamentais para que o trabalho seja realizado.

É bom lembrar que muitos dos estragos causados no passado foram gerados pelo autoritarismo - que não existe mais nos dias de hoje - com que foram realizados e pelo despreparo da comunidade sobre o que fazer.

Assim, planejar não é apenas elaborar um documento. É muito mais do que isso, é gerir um processo em que nem sempre há consenso, nem sempre todos podem ganhar e os parceiros são inúmeros. A questão das águas, entretanto, é uma causa ganha, no sentido de que é fácil visualizar sua necessidade, seus problemas e

soluções. A participação virá desse entendimento comum e da motivação para o trabalho.

## **Conclusão**

No processo de mobilização social, ao se estabelecer negociações através de reuniões, convites e outros métodos, um elo social e muitas vezes pessoal, é construído. A responsabilidade do mobilizador enquanto cidadão, enquanto parceiro e, principalmente, enquanto deflagrador de um processo social, é inegável. No lugar de entender que a responsabilidade assusta, é necessário envolver-se, aceitar o desafio primeiro, e cativar-se depois.

A atual geração está buscando respostas para os danos causados pelos antepassados. Uma dessas respostas está no comportamento de cada pessoa, de maneira consciente e informada, permitindo sua participação e seu crescimento tanto pessoal quanto como cidadão. Que as futuras gerações possam desfrutar de mais qualidade de vida, através da existência de água com qualidade e em quantidade suficientes para que o futuro seja realmente melhor.

## **Referências Bibliográficas**

- CÉSAR NETO, J.C. Política de Recursos Hídricos: instrumento de mudança. São Paulo: EDUSP, 1988
- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Gestão Municipal dos Recursos Hídricos. A Política Municipal de Recursos Hídricos – Projeto Piloto. Disponível em <http://www.cepam.sp.gov.br>. Acesso em 30 jul. 2006
- TORO, B. Mobilização Social. SRR/MMA. 1997
- BERKENBROCK, V.J. Dinâmicas para encontros de grupo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003
- SÃO PAULO. Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. Departamento de Águas e Energia Elétrica. Legislação de Recursos Hídricos: consolidação. São Paulo, 2002